

Dmitri Montanar Franco

Responsabilidade legal pelo
dano ambiental: a aplicação das
excludentes de responsabilidade

Blucher

Responsabilidade legal pelo dano ambiental: a aplicação das excludentes de responsabilidade

© 2017 Dmitri Montanar Franco

1ª edição – 2007

2ª edição – 2017

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para aprovação no exame de título de mestre em Geociências na área de geologia e recursos naturais.

Orientador: Prof. Dr. Hildebrando Herrmann

Banca examinadora: prof. dr. Hildebrando Herrmann, dra. Susy Gomes Hoffmann e dr. José Ricardo Meirelles.

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Franco, Dmitri Montanar
Responsabilidade legal pelo dano ambiental :
a aplicação das excludentes de responsabilidade
[livro eletrônico]/ Dmitri Montanar Franco. --
2. ed. -- São Paulo : Blucher, 2017.
168 p.; PDF

Bibliografia
ISBN 978-85-8039-296-8 (e-book)

1. Direito ambiental 2. Responsabilidade por danos
ambientais 3. Minas e recursos minerais – Aspectos
ambientais 4. Meio ambiente 5. Responsabilidade
(Direito) I. Título.

17-1636

CDD 344.81046

Índice para catálogo sistemático:
1. Direito ambiental : Proteção ambiental : Brasil

Agradecimentos

À UNICAMP, à GEOCIÊNCIAS, ao DGRN, assim como a todos os seus professores e funcionários que me ajudaram no longo e árduo trajeto deste Mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Hildebrando Herrmann, pela paciência e dedicação, e por me mostrar “o caminho das rochas”.

À minha banca de qualificação pelas valiosas críticas e sugestões.

À toda minha família, e em especial minha esposa, Danielle Thiago Ferreira, pois sem o apoio da “*celula mater*”, nada disso teria sido possível.

Aos meus amigos e companheiros de trabalho, que sempre me incentivaram e seguraram “a bucha”, quando foi preciso me ausentar para dar prosseguimento a este projeto.

Os meus sinceros agradecimentos.

*“Ubi est emolumentum,
ibi onus esse debet.”*

Conteúdo

| | |
|---|-----|
| Lista de abreviaturas..... | 9 |
| Lista de gráficos | 11 |
| Lista de quadros..... | 13 |
| Resumo | 15 |
| Abstract..... | 17 |
| 1. Introdução | 19 |
| 2. Os recursos minerais | 29 |
| 3. Responsabilidade e suas generalidades | 51 |
| 4. A responsabilidade administrativa..... | 75 |
| 5. A responsabilidade criminal..... | 95 |
| 6. Responsabilidade civil | 107 |
| 7. A aplicação das excludentes de responsabilidade e o aproveitamento mineral | 125 |
| 8. Considerações finais..... | 149 |
| Referência | 153 |
| Bibliografia..... | 163 |

Lista de abreviaturas

AC – Acórdão

ACP – Ação Civil Pública AI – Agravo de Instrumento

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental AP – Apelação

APO – Ação Popular

APP – Área de Preservação Permanente

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento CDC – Código de Defesa do Consumidor CDPúb. – Câmara de Direito Público

CETESB – Companhia Paulista de Saneamento CF – Constituição Federal

CM – Código de Mineração

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

DAIA – Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental DEPRN – Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais DJU – Diário da Justiça da União

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral DOU – Diário Oficial da União

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EPIA – Estudo Prévio de Impacto Ambiental

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ICM – Imposto sobre circulação de mercadoria

IN – Instrução Normativa

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A LI – Licença de Implantação

MME – Ministério de Minas e Energia NCCB – Novo Código Civil Brasileiro

NBR – Normas Técnicas Brasileiras

PCA – Plano de Controle Ambiental PNMA – Plano Nacional de Meio Ambiente

PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas RAP – Relatório Ambiental Preliminar

RCA – Relatório de Controle Ambiental RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TACSP – Tribunal de Alçada Cível do Estado de São Paulo TJMT – Tribunal de

Justiça do Estado do Mato Grosso TJRJ – Tribunal de Justiça do Estado

do Rio de Janeiro TJSC – Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

TJSP – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

TRF – Tribunal Regional Federal

2º TACSP – Segundo Tribunal de Alçada Cível do Estado de São Paulo

Lista de gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 4.1.1 – Eias e Rimas apresentados a SEMA para AIA – Jan/87 a dez/97 | 88 |
| Gráfico 4.1.2 – Eias e Rimas do setor privado apresentados a SEMA – Jan/87 a dez/97 | 88 |
| Gráfico 4.1.3 – Eias e Rimas aprovados e reprovados pela SEMA – Jan/87 a dez/97 por setor..... | 88 |
| Gráfico 4.1.4 – Situação dos Eias e Rimas apresentados a SEMA – Jan/87 a dez/97..... | 89 |

Lista de quadros

| | |
|--|----|
| Quadro 1.1 Principais impactos ambientais da mineração | 22 |
| Quadro 2.1 Etapas e fases de um projeto de mineração | 31 |
| Quadro 2.2 Impactos negativos da mineração | 34 |
| Quadro 2.3 Toxidade e cadeia alimentar | 38 |
| Quadro 2.4 Fechamento e reabilitação da mina..... | 40 |
| Quadro 2.5 Evolução histórica da titularidade | 41 |
| Quadro 2.6 Regimes de aproveitamento dos recursos minerais | 42 |

Resumo

A presente dissertação de mestrado procura contribuir para ampliar a compreensão do instituto da responsabilização civil objetiva pelo dano ambiental na mineração e a possibilidade de aplicação das excludentes de responsabilidade, tanto para atores sociais públicos como privados. Outra questão que se busca dirimir é a do dilema entre a vigência do princípio da eficiência, o qual obriga toda a Administração, e a sua não aplicação prática pelos seus setores ligados à fiscalização e à regulação do aproveitamento mineral concomitante com a preservação do meio ambiente. A partir dos estudos comparativos acerca da teoria do risco, foi possível concluir pela possibilidade da aplicação da teoria do risco criado para o empresariado minerador e da aplicação da teoria do risco administrativo para o Estado. Da conjugação da informação supra mencionada com teses que abordavam os impactos ambientais do setor público, foi possível concluir que a Administração realmente não cumpria o supra referido princípio, assim, como chegamos à respectiva responsabilização. O estudo se apresenta como um instrumento de consulta e reflexão a todos que trabalham com mineração e meio ambiente, profissionais do direito inclusive. A melhor compreensão das responsabilidades pode contribuir para dissipar a insegurança quanto a investimentos e condutas, e assim estimular a atividade minerária associada a um desenvolvimento ecologicamente equilibrado.

Abstract

This research contributes to extend the understanding of the institute of the objective civil accountability for the environment damage in mining, and the possibility of application of the responsibility exculpatory ones, both for public social actors and private. Another question which is searched to decide is the quandary between the validity of the principle of the efficiency, which compels all the administration, and its not practical application by its sectors linked to the fiscalization and regulation of the concomitant mineral exploitation with the environment preservation. From the comparative studies concerning the theory of the risk, it was possible to conclude by the possibility of the application of the risk theory created for the mining business community, and by the application of the theory of the administrative risk for the State. From the information conjugation super mentioned with theses that approached the environmental impacts of the public sector, it was possible to conclude that the administration did not really fulfill the super cited principle, as well as come to the respective accountability. The study is presented as an instrument of consultation and the reflection to everyone who works with mining and environment, including law operators. The best understanding of the responsibilities, can contribute to dissipate both the unreliability and the investments and behaviors, and thus to stimulate the mining activity associated to a balanced ecological development.

